



COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB UNIMAIS CENTRO LESTE PAULISTA - SICOOB UNIMAIS CLP, inscrita no CNPJ sob nº 01.259.518/0001-07 e registrada no Número de Identificação de Registro de Empresas – NIRE sob nº 35400039213 e na OCESP sob nº 35000123400010006469.

REGULAMENTO ELEITORAL

TÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º Este Regulamento Eleitoral tem como objetivo disciplinar a organização e a condução do processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da Cooperativa de Crédito Sicoob UniMais Centro Leste Paulista – Sicoob Unimais CLP, de forma a complementar o Estatuto Social e em consonância à legislação e regulamentação em vigor.

TÍTULO II

DA ORGANIZAÇÃO GERAL DO PROCESSO ELEITORAL

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 2º O processo eleitoral, as condições de ocupação e as questões relacionadas à inelegibilidade para os cargos estatutários da Cooperativa Singular seguem o disposto neste Regulamento, no Estatuto Social, na legislação e regulamentação em vigor, e nos demais normativos internos e sistêmicos.

Art. 3º A Assembleia Geral será convocada na forma do Estatuto Social e da legislação em vigor.

CAPÍTULO II

DA COMISSÃO ELEITORAL

Art. 4º O Conselho de Administração, com a antecedência de 90 (noventa) dias da Assembleia Geral Ordinária, constituirá a Comissão Eleitoral formada por cooperados, observando o disposto no art. 5º, a qual se encarregará da organização e coordenação do processo eleitoral, bem como da realização dos exames dos pedidos de registro de chapas ou de candidaturas e da análise das impugnações (observação: a Comissão Eleitoral deve ser constituída por pessoa natural).

Art. 5º A Comissão Eleitoral será instituída pelo Conselho de Administração, composta de, no mínimo, 3 (três) e, no máximo, 7 (sete) membros sempre em número ímpar, para possibilitar desempates, entre os quais um Conselheiro Fiscal que coordenará a Comissão, e um Secretário, para o registro dos trabalhos.

§ 1º As reuniões da Comissão Eleitoral realizar-se-ão com a presença mínima de metade mais um dos integrantes, sendo que suas deliberações serão tomadas por maioria simples de votos e constarão em ata.

§ 2º Na hipótese de vacância que impossibilite o funcionamento da Comissão, o Conselho de Administração designará substituto(s).

§ 3º Não será devida qualquer remuneração aos membros da Comissão Eleitoral.

§ 4º É vedada a participação de empregado da Cooperativa Singular ou da Central como integrante da Comissão Eleitoral da Singular, contudo, por solicitação da Cooperativa Singular, o empregado poderá assessorar a Comissão para o adequado desempenho de suas atividades.

Art. 6º Nenhum membro da Comissão Eleitoral poderá ser candidato a cargo eletivo.

Art. 7º São atribuições da Comissão Eleitoral na condução dos trabalhos relativos à eleição dos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal:

- I.** coordenar as atividades do processo eleitoral e conduzi-lo na Assembleia Geral, observando o disposto no Estatuto Social e neste Regulamento;
- II.** certificar-se dos prazos de vencimento do mandato dos conselheiros em exercício e do número de vagas existentes, bem como o cumprimento do disposto na Política de Renovação de Membros do Conselho de Administração;
- III.** divulgar o calendário eleitoral aos associados com todas as informações do processo eleitoral;
- IV.** receber os requerimentos de pedido de registro das chapas/da candidatura, documentos obrigatórios e comprovação da capacidade técnica, observando se foram entregues no prazo, bem como analisar a legitimidade da documentação apresentada;
- V.** verificar a adequação do perfil do(s) candidato(s) e se ele(s) preenche(m) os requisitos legais, estatutários, regulamentares e as demais exigências descritas nos normativos internos e sistêmicos para ocupação de cargos estatutários;
- VI.** registrar as candidaturas das chapas e candidaturas individuais até 20 (vinte) dias antes das eleições;
- VII.** divulgar as chapas concorrentes, fixando-as em locais de fácil acesso aos associados, na sede da Cooperativa, em todos os Postos de Atendimento (PAs) e no site da Cooperativa;
- VIII.** resolver as impugnações, na forma do disposto neste Regulamento;
- IX.** solucionar os casos omissos ou as questões de ordem que surjam durante a votação;
- X.** encaminhar ao Conselho de Administração as chapas/candidaturas a cargos estatutários com a devida documentação para o envio à Assembleia Geral;

- XI.** vistar o verso das cédulas de votação e realizar a entrega destas à Mesa coletora dos votos, na Assembleia Geral em que ocorrerem as eleições, quando a votação não se der por meio eletrônico;
- XII.** apresentar à Assembleia Geral, antes da votação, no formato definido pela Comissão, o relato das atividades desempenhadas, os eventuais problemas identificados, as impugnações propostas e avaliadas, as chapas e/ou os candidatos inscritos, bem como os recursos porventura existentes para serem deliberados pela Assembleia, nos termos do art. 29 deste Regulamento;
- XIII.** acompanhar a apuração e proclamar os resultados das eleições;
- XIV.** zelar pela organização do processo eleitoral e manter sob sua guarda, durante o processo eleitoral, os seguintes documentos:
- a)** Estatuto Social e Regulamento Eleitoral da Cooperativa Singular;
 - b)** Edital de Convocação da eleição;
 - c)** cópia dos requerimentos de registro das chapas e/ou candidaturas individuais, declarações emitidas pelos candidatos, fichas de qualificação individual e demais documentos obrigatórios apresentados na inscrição, incluindo a proposta de trabalho formalizada da chapa/candidatura;
 - d)** cópia das Atas da Comissão Eleitoral e de eventuais recursos interpostos;
 - e)** listagem dos associados em condições de votar;
 - f)** cédulas de votação, caso a eleição não ocorra por meio eletrônico;
- XV.** fornecer, por meio da Cooperativa, à Cooperativa Central à qual a Cooperativa Singular é filiada, todas as informações e os documentos necessários à verificação dos critérios de elegibilidade dos candidatos.
- XVI.** disponibilizar à Cooperativa Singular, para que sejam incluídos no Portal de Governança, todos os documentos que evidenciem a reputação ilibada e a qualificação para o cargo dos eleitos.

CAPÍTULO III

DA DIVULGAÇÃO DO PROCESSO ELEITORAL

Art. 8º A Comissão Eleitoral, em até 10 (dez) dias após a sua constituição, encaminhará comunicado aos associados, divulgando o calendário eleitoral com todas as informações do processo eleitoral, entre as quais:

- I.** data, horário, forma de realização e endereço (físico/digital) da votação;
- II.** prazo para pedido de registro de chapas/candidaturas, com data e horário limite;

III. documentação exigida para os candidatos;

IV. No caso de empate entre candidatos ou entre chapas, o desempate será realizado mediante análise comparativa, observando-se inicialmente os Presidentes das chapas, persistindo o empate, a análise recairá sobre os Vice-Presidentes, e, no caso de candidatos individuais, a avaliação será realizada diretamente entre os concorrentes empatados. Os critérios de desempate obedecerão, em ordem, à formação acadêmica, exigindo-se, no mínimo, graduação com carga horária igual ou superior a 360 (trezentas e sessenta) horas nas áreas financeira, administrativa ou de cooperativismo de crédito, atribuindo-se preferência aos candidatos que possuam títulos de pós-graduação lato sensu, MBA ou stricto sensu, e à experiência profissional comprovada em atividades correlatas às atribuições do cargo. Persistindo o empate após a aplicação desses critérios, será realizada nova eleição em data a ser fixada pela Diretoria ou pela Comissão Eleitoral, observadas as disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis.

V. indicação do local de disponibilização do Estatuto Social e do Regulamento Eleitoral.

Parágrafo único. O comunicado previsto no caput estará afixado na sede da Cooperativa Singular, nos PAs, no sítio eletrônico, bem como será disponibilizado via Sicoob Net e por outros meios, físicos ou digitais, que garantam a efetiva publicidade do processo eleitoral aos associados.

CAPÍTULO IV

DO DEVER DE MOBILIZAÇÃO E INCENTIVO À PARTICIPAÇÃO

Art. 9º A participação do cooperado nas Assembleias Gerais constitui ato essencial ao fortalecimento do cooperativismo, da governança democrática e da sustentabilidade institucional da Cooperativa.

Art. 10 Os órgãos de administração deverão assegurar a ampla divulgação e o engajamento dos associados nas Assembleias Gerais. A estratégia de mobilização poderá contemplar o uso de plataformas digitais, a organização de eventos e a oferta de brindes, com o objetivo de fomentar a presença e o exercício do direito de voto.

§1º A realização das assembleias ocorrerá, prioritariamente, via plataforma digital MOOB. Tal medida busca otimizar a adesão dos associados e garantir a eficiência logística, dispensando a necessidade de deslocamento físico para a participação e exercício do voto.

§2º Compete aos colaboradores designados pela Diretoria Executiva realizar contato ativo com os cooperados, por meio dos canais institucionais disponíveis, com a finalidade de:

- I. Informar sobre data, horário e forma de participação;
- II. Orientar quanto ao uso de plataforma digital, quando aplicável;
- III. Esclarecer dúvidas operacionais relativas à Assembleia;



- IV.** Reforçar a importância da participação para o fortalecimento do cooperativismo e da gestão democrática.

§3º O contato com os cooperados deverá ocorrer de forma organizada, impessoal e transparente.

§4º A omissão injustificada na execução das ações de mobilização poderá caracterizar descumprimento de dever funcional e de governança.

CAPÍTULO V

DOS REQUISITOS DE ELEGIBILIDADE E AVALIAÇÃO

SEÇÃO I

DOS REQUISITOS QUALIFICADOS DE ELEGIBILIDADE

Art. 11 O registro de candidatura aos cargos do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal dependerá do cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos, observadas as disposições estatutárias, regulamentares e as diretrizes do Manual de Governança do Sicoob:

- I.** Possuir, no mínimo, 36 (trinta e seis) meses ininterruptos de associação à Cooperativa;
- II.** Manter histórico de relacionamento financeiro classificado internamente em nível de risco compatível com as políticas de crédito vigentes, sem registros de inadimplência superior a 30 (trinta) dias nos últimos 36 (trinta e seis) meses;
- III.** Não possuir apontamentos ativos em cadastros restritivos de crédito;
- IV.** Apresentar certidões negativas criminais e cíveis da Justiça Estadual e Federal;
- V.** Inexistência de condenação na esfera criminal com trânsito em julgado ou de impedimentos legais para o exercício de cargos de administração em instituições financeiras;
- VI.** Não ter figurado como administrador ou dirigente de instituição submetida a liquidação extrajudicial, intervenção ou regime especial, salvo comprovada ausência de responsabilidade;
- VII.** Comprovar formação superior completa;
- VIII.** Comprovar experiência mínima de 3 (três) anos, em, ao menos, uma das seguintes áreas:
 - a)** gestão empresarial;
 - b)** administração financeira;



c) auditoria, controladoria, compliance ou áreas correlatas;

IX. Ter participado de, no mínimo, 2 (duas) Assembleias Gerais nos últimos 3 (três) anos, excetuando-se os membros da governança atual que não puderam participar de assembleias devido a impedimento legal por conflito de interesse na votação de determinados temas.

X. Concluir, até a data do registro da candidatura, curso de Governança Cooperativa reconhecido pela Cooperativa ou pelo Sistema Sicoob;

XI. Demonstrar participação sistemática nos cursos e treinamentos disponibilizados pelo MOOB Universidade, com aproveitamento mínimo de 1 (um) curso relevante para cada área, governança, administração financeira ou cooperativismo de crédito, conforme registro oficial na plataforma;

XII. Assinar:

a) Termo de Responsabilidade;

b) Declaração de Reputação Ilibada;

c) Declaração de Ausência de Conflito de Interesses.

Parágrafo único. O atendimento aos requisitos deste artigo deverá ser comprovado documentalmente no ato do pedido de registro da candidatura.

SEÇÃO II

DO PROCEDIMENTO DE AVALIAÇÃO DE IDONEIDADE E CAPACIDADE

Art. 12 O processo de habilitação dos candidatos compreenderá em avaliação formal de idoneidade moral, reputação ilibada, qualificação técnica e capacidade gerencial, em observância à regulamentação aplicável às instituições financeiras cooperativas e às diretrizes do Manual de Governança do Sicoob.

§1º. A avaliação será conduzida pela Comissão Eleitoral, com apoio técnico das áreas de Compliance, Controles Internos ou Jurídica.

§2º. Para fins de aferição da reputação e idoneidade, poderão ser analisadas informações constantes em bases públicas e privadas, inclusive quanto à existência de:

I. Inquérito policial em andamento;

II. Processos judiciais em todas as esferas, sejam eles em andamento ou arquivados (com trânsito em julgado). A análise focará no teor das alegações e, principalmente em casos de condenação, os fatos estabelecidos na sentença serão determinantes para a avaliação;

III. Processos administrativos relacionados ao Sistema Financeiro Nacional;

IV. Processos relativos à insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial;

V. Inadimplemento de obrigações, seja na condição de devedor principal, avalista, garantidor fiduciante ou em qualquer outra forma de participação em operações ou situações que envolvam inadimplência;

VI. Outras situações que, de forma fundamentada, possam representar risco à governança ou à imagem institucional.

§3º A existência de inquérito policial ou ação penal em curso não implicará inelegibilidade automática, devendo ser objeto de análise individualizada quanto à natureza dos fatos, relevância, estágio processual e eventual impacto reputacional ou regulatório para a Cooperativa.

§4º Serão também considerados:

I. Histórico profissional e experiência compatível com o porte e a complexidade da Cooperativa;

II. Regularidade fiscal e judicial;

III. Histórico de relacionamento com a Cooperativa;

IV. Eventuais processos administrativos ou sancionadores;

V. Existência de conflitos de interesse diretos ou indiretos, que possam interferir no julgamento, imparcialidade ou deveres profissionais perante a Cooperativa, como por exemplo, atuar na administração de outra instituição financeira ou entidade que dispute o mesmo mercado que a Cooperativa;

§5º. A Comissão poderá solicitar documentos complementares, realizar entrevista técnica e emitir decisão fundamentada quanto à aptidão do candidato.

§6º. O não atendimento aos requisitos legais ou regulamentares implicará indeferimento do registro da candidatura, mediante decisão motivada.

§7º. O uso de mídias eletrônicas e redes sociais. Serão analisados pela Comissão Eleitoral as redes sociais dos candidatos com o objetivo de assegurar que o candidato esteja alinhado com conduta institucional e organizacional de todas as entidades do Sicoob. Referenciando a análise nos seguintes princípios éticos: respeito a quaisquer diferenças, sejam sociais, culturais, etárias, religiosas, de gênero, orientação sexual, cor de pele, origem étnico-racial, condição social, convicção política, opção partidária, língua, condição econômica, nacionalidade, naturalidade, condição física, mental ou psíquica, nome, parentesco, estética pessoal, ou qualquer outro fator de identidade pessoal ou grupal e demais itens que compõem o pacto de ética Sicoob.



SEÇÃO III

DAS INELEGIBILIDADES ABSOLUTAS

Art. 13 São inelegíveis, independentemente de prazo:

I. Cooperados condenados, com decisão transitada em julgado, por crimes que acarretem inabilitação para o exercício de cargo de administração em instituição financeira;

II. Cooperados declarados inabilitados, suspensos ou impedidos por órgão regulador ou autoridade competente;

III. Cooperados que tenham causado prejuízo material comprovado à Cooperativa, mediante decisão administrativa definitiva ou judicial;

IV. Cooperados que apresentem conflito de interesses, permanente ou insanável;

V. Cooperados que não atendam integralmente às exigências regulatórias vigentes aplicáveis aos administradores de instituições financeiras cooperativas.

Parágrafo único. As hipóteses previstas neste artigo serão verificadas de ofício pela Comissão Eleitoral, assegurado o contraditório e a ampla defesa quando cabível.

CAPÍTULO VI

DAS CHAPAS PARA ELEIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

SEÇÃO I

DA FORMAÇÃO

Art. 14 O processo eleitoral para ocupação dos cargos do Conselho de Administração será realizado por meio do registro de chapas formadas por associados pessoa natural.

§ 1º Não haverá limite quanto ao número de chapas inscritas.

§ 2º As chapas serão compostas pelo número de candidatos para o Conselho de Administração, conforme disposto no Estatuto Social.

SEÇÃO II

DO PEDIDO DE REGISTRO DE CHAPA

Art. 15. As chapas interessadas em concorrer ao Conselho de Administração deverão formalizar o pedido de registro junto à Diretoria Executiva no prazo previsto no art. 8º. A validade do registro condiciona-se à apresentação simultânea do requerimento formal e do plano de gestão proposto para o mandato.



Art. 16 O requerimento de registro de chapa deve ser assinado por todos os candidatos e endereçado, em duas vias, quando físico à sede da Cooperativa, devidamente acompanhado da documentação exigida para os candidatos.

§ 1º O requerimento de registro poderá ser realizado por meio eletrônico, desde que as assinaturas sejam realizadas com certificado digital emitido por Autoridade Certificadora da ICP-Brasil ou conta gov.br com nível de segurança e acesso prata ou ouro, ou, ainda, conforme indicado no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral.

§ 2º Será recusado o registro de chapas que não apresentarem os documentos exigidos no comunicado que rege o processo eleitoral, não formalizados adequadamente, ou que tenham sido encaminhados após o encerramento dos prazos de inscrição divulgados pela Comissão Eleitoral.

§ 3º A Cooperativa manterá pessoa habilitada, com o apoio da comissão Eleitoral para atender aos interessados, prestar informações concernentes ao processo eleitoral, receber a documentação e fornecer recibos.

§ 4º O requerimento de registro enviado por meio eletrônico deve observar as orientações, os prazos e horários descritos no comunicado divulgado pela Comissão Eleitoral.

Art. 17 Encerrado o prazo, os requerimentos de registro de chapas serão lavrados em termo próprio, consignando, em ordem numérica de inscrição, sendo atribuído número 1 para a primeira inscrita e assim por diante, todas as chapas e os nomes dos candidatos, entregando-o à Diretoria Executiva.

Art. 18 Um candidato somente poderá fazer parte de uma das chapas concorrentes, independente de qual órgão estatutário estiver concorrendo.

Art. 19 A Diretoria Executiva terá o prazo de 1 (um) dia para encaminhar os pedidos de registro de chapas e a documentação dos candidatos ao coordenador da Comissão Eleitoral.

Art. 20 Ocorrendo o falecimento de um candidato, a chapa poderá substituí-lo por meio de pedido formal, com a antecedência de até 48 (quarenta e oito) horas do início da Assembleia Geral para eleição, desde que o novo candidato atenda a todos os requisitos legais e estatutários para se candidatar.

CAPÍTULO VII

DA CANDIDATURA PARA O CONSELHO FISCAL

Art. 21 A candidatura para o Conselho Fiscal será individual, obedecendo ao prazo de registro de candidaturas disposto no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento Eleitoral.

§ 1º Caso não ocorra o registro de no mínimo 4 (quatro) candidatos durante o prazo de registro de candidaturas, a indicação de candidatos poderá ser realizada durante a Assembleia Geral Ordinária, antes do início da votação.



§ 2º Ocorrendo a hipótese prevista no parágrafo anterior, o candidato inscrito durante a Assembleia Geral Ordinária deverá apresentar a documentação exigida em até 48 (quarenta e oito) horas à Comissão Eleitoral.

Art. 22 A formalização do pedido de registro de candidaturas, naquilo que for aplicável, seguirá os mesmos procedimentos descritos na Seção II do Capítulo IV.

CAPÍTULO VIII

DOS EXAMES DOS PEDIDOS DE REGISTRO DE CHAPAS/CANDIDATOS

Art. 23 A Comissão Eleitoral realizará os exames dispostos neste artigo e apresentará os resultados no prazo máximo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento da documentação enviada pela Diretoria Executiva.

Art. 24 Ao verificar que a documentação está incompleta ou apresenta falhas de formalização, o coordenador da Comissão Eleitoral notificará os representantes da chapa ou os candidatos para regularizarem a falha apontada, em até 02 (dois) dias.

Art. 25 Sanadas as falhas, a Comissão Eleitoral divulgará o Termo de Registro de Chapas, observando o disposto no art. 28.

Art. 26 As chapas e/ou os candidatos perderão o direito de concorrer caso não atendam à solicitação mencionada no art. 24 no prazo exigido.

Art. 27 Todo o processo de análise pela Comissão Eleitoral será registrado por meio de atas de reunião, formalizadas e assinadas por todos os membros da Comissão.

CAPÍTULO IX

DA DIVULGAÇÃO DAS CHAPAS/CANDIDATURAS INSCRITAS

Art. 28 No prazo de até 15 (quinze) dias, a contar do encerramento do prazo de registro de chapas e/ou de candidaturas, a Comissão Eleitoral divulgará o Termo de Registro de Chapas/Candidaturas habilitada, acompanhado da proposta de trabalho na sede da Cooperativa Singular, nos PAs, no sítio eletrônico e em outros meios, físicos ou digitais que garantam a efetiva publicidade.

Parágrafo único. A eventual campanha eleitoral poderá ser iniciada pelos candidatos apenas após a divulgação das candidaturas inscritas, cabendo à Comissão Eleitoral divulgar as orientações e regras sobre a conduta a ser adotada pelos candidatos nesse processo, inclusive observando o Pacto de Ética.



CAPÍTULO X

DA IMPUGNAÇÃO DE CANDIDATURA

SEÇÃO I

DO PRAZO E DAS CONDIÇÕES

Art. 29 O prazo para impugnação de candidatura é de 03 (três) dias, contados da divulgação do Termo de Registro de Chapas/Candidaturas a que se refere o art. 28

Art. 30 A impugnação será proposta por meio de requerimento formalizado e fundamentado, dirigido ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que protocolará o requerimento e encaminhará para análise da Comissão Eleitoral.

Art. 31 A Comissão Eleitoral lavrará o respectivo termo de encerramento do prazo de impugnação, consignando as impugnações propostas e destacando nominalmente os impugnantes e os candidatos impugnados, ou a inexistência de impugnação.

SEÇÃO II

DO EXAME

Art. 32 A Comissão Eleitoral decidirá sobre a procedência, ou não, da impugnação, por meio da análise do requerimento protocolado e do reexame da candidatura em até 10 (dez) dias antes da realização da eleição.

Art. 33 A Comissão Eleitoral comunicará a decisão a todos os interessados e, caso a impugnação seja procedente, notificará o responsável da chapa para providenciar a substituição do candidato impugnado, ou o candidato individual ao Conselho Fiscal.

SEÇÃO III

DA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO

Art. 34 O candidato impugnado poderá interpor recurso da impugnação, no prazo de 03 (três) dias, contados da notificação, ao Coordenador da Comissão Eleitoral, que encaminhará o recurso para análise e deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Art. 35 O recurso deverá ser instruído com requerimento em duas vias, transcrevendo as razões de fato e de direito, e com os devidos documentos comprobatórios, sem prejuízo de que seja apresentado em meio eletrônico com a observância dos mesmos requisitos.

Art. 36 A Assembleia Geral Ordinária, previamente à votação, julgará o recurso interposto, como última instância, e decidirá com base nos fundamentos fáticos e legais sobre o caso, permitindo ou proibindo a participação do candidato impugnado na eleição.

Art. 37 Após a análise dos recursos, participarão da eleição os candidatos aptos a concorrer ao cargo e, havendo número de eleitos inferior àquele estabelecido pelo Estatuto Social,



cabará ao Presidente convocar novas eleições para a complementação de membros do órgão estatutário.

CAPÍTULO XI

DA RECOMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DO CONSELHO FISCAL

Art. 38 As disposições previstas neste Regulamento Eleitoral quanto à indicação de Comissão Eleitoral, prazos e organização do processo não se aplicam à eleição para o preenchimento de cargo vago no Conselho de Administração, hipótese em que o substituto deverá ser previamente indicado pelo Conselho de Administração, para a deliberação da assembleia, observadas as condições de elegibilidade e os demais requisitos legais, estatutários e regulamentares.

Art. 39 Em caso de vacância de cargo, a eleição para a recomposição do Conselho Fiscal será convocada no prazo de até 30 (trinta) dias, observando o disposto no Estatuto Social e neste Regulamento.

§ 1º Os candidatos ao Conselho Fiscal deverão inscrever-se por meio de candidaturas individuais, atendendo aos critérios estabelecidos neste Regulamento.

§ 2º A Comissão Eleitoral será constituída e realizará suas atividades observando o prazo necessário para convocação e realização do processo eleitoral.

TÍTULO III

DA VOTAÇÃO

CAPÍTULO I

DA VOTAÇÃO POR CÉDULA

Art. 40 A cédula de votação apresentará o número da chapa, observada a ordem prevista no art. 17, ou os nomes dos candidatos e, à frente destes, um campo para que possa ser assinalado o voto.

Art. 41 A cédula de votação será confeccionada em papel branco, opaco, pouco absorvente, em tinta preta e tipos uniformes, que ao ser dobrada resguardará o sigilo de voto, sem que seja necessária a utilização de cola para fechá-la.

Art. 42 As cédulas deverão apresentar a rubrica dos membros da Mesa Coletora de Votos, para que se possa garantir a veracidade.

Art. 43 A urna de votação deverá ser inviolável e suficientemente ampla para comportar as cédulas de votação.

Art. 44 A cabine de votação será privada para o ato de votar.



Art. 45 Quando houver a inscrição de apenas uma chapa, a Assembleia Geral poderá optar pela votação aberta.

CAPÍTULO II

DA VOTAÇÃO ELETRÔNICA

Art. 46 A Assembleia Geral poderá utilizar o sistema eletrônico Sicoob Moob para a realização da eleição, observadas as regras do sistema para utilização e apuração de votos.

Parágrafo único: Constatada instabilidade no sistema de votação utilizado pela Cooperativa que impossibilite a realização da eleição por meio eletrônico, excepcionalmente, poderá ser utilizado outro mecanismo para resguardar a participação do cooperado, observando a viabilidade e a lisura do processo eleitoral.

CAPÍTULO III

DA COLETA DOS VOTOS

Art. 47 O Presidente da Assembleia Geral nomeará um Presidente e um Coordenador para compor a Mesa Coletora de Votos, e os candidatos indicarão os mesários.

Parágrafo único. A critério do Presidente da Assembleia Geral, a Presidência e a Coordenação da Mesa Coletora de Votos poderão ficar sob a responsabilidade da Comissão Eleitoral.

Art. 48 Os candidatos poderão indicar um representante para fiscalizar os trabalhos de eleição, inclusive acompanhando a votação por meio eletrônico.

Art. 49 Recomenda-se que os candidatos estejam presentes no ato de abertura da votação, durante a coleta dos votos e no encerramento da eleição, salvo motivo de força maior.

Art. 50 Não comparecendo o coordenador da Mesa Coletora de Votos até 15 (quinze) minutos antes da hora determinada para início da votação, assumirá a coordenação o primeiro mesário e, na falta ou impedimento deste, o segundo mesário, e assim sucessivamente.

Art. 51 Não comparecendo os membros da Mesa ou sendo estes em número inferior a 4 (quatro), o Presidente da Mesa Coletora de Votos solicitará que o Presidente da Assembleia Geral indique, entre os associados presentes, a quantidade de pessoas necessárias para compor a Mesa.

Art. 52 Nenhuma pessoa estranha à direção da Mesa Coletora de Votos poderá intervir durante os trabalhos de votação.

Art. 53 Nas hipóteses de votação presencial, encerrados os trabalhos de votação, a urna será lacrada e rubricada pelos fiscais.



Art. 54 O coordenador da Mesa entregará ao presidente da Mesa Apuradora dos Votos, mediante recibo, todo o material utilizado durante a votação.

CAPÍTULO IV

DA APURAÇÃO DOS VOTOS

Art. 55 A apuração dos votos será realizada imediatamente após o encerramento da votação.

Art. 56 Finda a apuração, os componentes da Mesa Apuradora dos Votos lavrarão a ata dos trabalhos eleitorais, a qual deverá mencionar obrigatoriamente:

I. local, dia e hora de abertura e encerramento dos trabalhos;

II. resultado da urna apurada, especificando:

- a) número de associados com direito a voto;
- b) cédulas apuradas;
- c) votos atribuídos a cada candidato registrado;
- d) votos em branco;
- e) votos nulos;
- f) número total de associados que votaram;
- g) resultado geral da apuração;
- h) resumo de eventuais protestos;
- i) proclamação dos eleitos.

Art. 57 A fim de assegurar eventual recontagem de votos, as cédulas apuradas e o relatório de votação eletrônica permanecerão sob a guarda dos componentes da Mesa Apuradora dos Votos, porém arquivados na Cooperativa pelo prazo de 4 (quatro) anos.

Art. 58 A apuração do voto eletrônico será realizada de acordo com os procedimentos do Sicoob Moob e acompanhada virtualmente pela Mesa Apuradora de Votos.

CAPÍTULO V

DA DECLARAÇÃO DOS ELEITOS

Art. 59 Será (ão) considerada (os) vencedora (es) a chapa ou os candidatos que alcançarem a maioria de votos válidos dos associados.



Art. 60 Em caso de empate entre os candidatos e em caso de empate entre chapas, o desempate será realizado de acordo com o disposto no artigo 8º, inciso IV.

TÍTULO IV

DO PROCESSO ELEITORAL SEMIPRESENCIAL OU A DISTÂNCIA

Art. 61 O processo eleitoral para preenchimento dos cargos do Conselho de Administração e Fiscal poderá ser realizado de forma semipresencial ou a distância, nos termos dos normativos sistêmicos e internos da Cooperativa e da legislação e regulamentação em vigor.

Parágrafo único: No caso de adoção do processo eleitoral semipresencial ou a distância, a Cooperativa divulgará todas as informações e detalhes no comunicado citado no art. 8º deste Regulamento.

TÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 62 Casos omissos neste Regulamento, que possam impactar significativamente o processo eleitoral, deverão ser apreciados pela Assembleia Geral.

Art. 63 Todos os participantes das reuniões da Comissão Eleitoral, incluindo os membros da Comissão e técnicos da Cooperativa que porventura venham a participar das reuniões, têm por obrigação ética, legal e profissional manter sigilo das informações relacionadas às reuniões da Comissão, tornando-se legalmente responsáveis por quaisquer eventuais divulgações indevidas – exceto aquelas necessárias ao correto desempenho de suas atribuições e quando da assembleia geral para a deliberação da matéria.

Art. 64 Os prazos previstos neste Regulamento serão contados em dias corridos, excluindo-se o dia de início e incluindo o dia final.

Parágrafo único. Caso o prazo final coincida com fim de semana ou feriado, fica automaticamente prorrogado para o primeiro dia útil seguinte.

Art. 65 Este Regulamento foi aprovado na Assembleia Geral e entra em vigor na data de publicação.



Anexo I

(Regulamento Eleitoral)

Modelo de requerimento de registro de chapa/candidatura

À
 COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB UNIMAIIS CENTRO LESTE PAULISTA – SICOOB
 UNIMAIIS CLP
 Diretoria Executiva
 (Cidade – UF)

Assunto: Requerimento de registro de chapa/candidatura.

1. Referimo-nos ao assunto em epígrafe para requerer o registro da chapa/candidatura para o Conselho de Administração ou Conselho Fiscal da Cooperativa _____, composta pelos seguintes candidatos:

- a) _____ (nome do candidato) – Presidente;
- b) _____ (nome do candidato) – Vice-Presidente;
- c) _____ (nome do candidato) – Secretário;
- d) _____ (nome do candidato) – Conselheiro vogal;
- e) _____ (nome do candidato) – Conselheiro vogal;
- f) (...)

2. Apresentamos, anexados, os documentos dos candidatos inscritos requisitados na regulamentação aplicável, bem como as informações relacionadas a seguir:

- a) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- b) _____ (nome completo do candidato), telefone e endereço eletrônico;
- c) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- d) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico;
- e) _____ (nome completo do candidato): telefone e endereço eletrônico.

_____ (UF) _____ de _____.

Atenciosamente,

(nome e assinatura de todos os inscritos na chapa/candidatos)



ANEXO II

DECLARAÇÕES E AUTORIZAÇÕES – CANDIDATO PARA OCUPAÇÃO DE CARGO ESTATUTÁRIO

Eu, ... (nome do candidato), tendo em vista a minha participação no processo eleitoral para a ocupação do cargo de xxx (citar o órgão estatutário) da COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB UNIMAIS CENTRO LESTE PAULISTA – SICOOB UNIMAIS CLP, declaro que:

(OBSERVAÇÃO:

Em caso de resposta afirmativa para qualquer um dos questionamentos, deve(m) ser registrada(s), em Ocorrências, a natureza, a situação da ocorrência e a justificativa para que os fatos não sejam considerados restritivos para o cumprimento dos requisitos e das condições regulamentares estabelecidos, juntando a esta declaração a documentação comprobatória que julgar pertinente. Devem ser incluídas todas as ocorrências, independentemente de sua relevância.

Em caso de resposta negativa, registrar, em Ocorrências, a expressão "nada a declarar".)

I – cumpro o requisito reputação ilibada, inclusive em relação às seguintes questões:

a) responde por processo criminal ou inquérito policial?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

b) responde por processo judicial ou administrativo que tenha relação com o Sistema Financeiro Nacional ou o Sistema de Pagamentos Brasileiro?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

c) responde por processo relativo a insolvência, liquidação, intervenção, falência ou recuperação judicial?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

d) responde por inadimplemento de obrigações?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")



II – Cumpro as condições para o exercício do cargo para o qual estou me candidatando, especificadas nas seguintes questões:

a) está impedido por lei especial, condenado por crime falimentar, de sonegação fiscal, de prevaricação, de corrupção ativa ou passiva, de concussão, de peculato, contra a economia popular, a fé pública, a propriedade ou o Sistema Financeiro Nacional, ou condenado a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

b) está declarado inabilitado ou suspenso para o exercício de cargos em órgãos estatutários ou contratuais em instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil ou em entidades de previdência complementar, sociedades seguradoras, sociedades de capitalização, companhias abertas ou entidades sujeitas à supervisão da Comissão de Valores Mobiliários?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

c) está declarado falido ou insolvente?

Sim () Não ()

Ocorrências: (detalhar ou informar "nada a declarar")

III – cumpro as demais condições exigidas pela legislação e pela regulamentação em vigor para o exercício do cargo para o qual estou me candidatando, inclusive as assinaladas a seguir:

sou residente no País;

sou associado da instituição para a qual estou me candidatando e preencho os requisitos estatutários de associação (salvo se conselheiro independente);

não exerço cargos de presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração ou de diretor executivo de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação integrantes do mesmo sistema cooperativo, bem como cargos de presidente ou vice-presidente do Conselho de Administração ou de diretor executivo do Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop); (em caso de candidato para presidente ou vice-presidente de Conselho de Administração)

não exerço, no mesmo sistema cooperativo, cargos em Conselho de Administração de cooperativa singular de crédito ou em Diretoria Executiva de cooperativa singular de crédito, de cooperativa central de crédito ou de confederação constituída por cooperativas centrais de crédito; (em caso de candidato para conselho fiscal)



[] não exerço, no mesmo sistema cooperativo, cargo de conselheiro fiscal em cooperativas de crédito ou em confederações de serviço; (em caso de candidato para Conselho de Administração)

[] não participo da administração de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, exceto nos casos previstos no inc. I do art. 38 da Resolução CMN nº 5.051, de 25/11/2022;

[] não detenho 5% (cinco por cento) ou mais do capital de outras instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – exceto cooperativas de crédito – e não participo do capital de sociedades de fomento mercantil;

IV – Possuo capacitação técnica compatível com as funções a serem exercidas no curso do mandato, envolvendo as seguintes competências e qualificações: (em caso de candidato para cargos de administração, exceto na hipótese de mandato em vigor na própria instituição, desde que anteriormente autorizado pelo Banco Central do Brasil)

Detalhar:

a) nível de escolaridade/formação acadêmica;

b) cursos de capacitação e/ou de pós-graduação relacionados com as funções do cargo;

c) experiências profissionais compatíveis com as funções do cargo, contemplando os respectivos períodos.

VI – Estou ciente dos princípios que regem o tratamento de dados pessoais e dos direitos dos titulares dos dados previstos, respectivamente, nos arts. 6º e 18 da Lei nº 13.709, de 14/8/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD).



AUTORIZO a COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB UNIMAIS CENTRO LESTE PAULISTA – SICOOB UNIMAIS CLP, na verificação do cumprimento dos requisitos e das condições estabelecidos na Resolução CMN nº 4.970/2021, na Resolução nº 5051/2022, no Regulamento Eleitoral e no Estatuto Social, tendo em vista o processo eleitoral do qual estou participando a:

- a) ter acesso a informações a meu respeito, constantes de qualquer sistema público ou privado de cadastro e informações, incluindo processos e procedimentos judiciais ou administrativos e inquéritos policiais;
- b) realizar o tratamento e o uso compartilhado de dados pessoais de minha titularidade, inclusive daqueles considerados sensíveis, nos termos do inc. II do art. 5º da Lei nº 13.709/2018 (LGPD), e daqueles acobertados por outras espécies de sigilo, a exemplo do sigilo bancário de que trata a Lei Complementar nº 105/2001;
- c) se eleito, ter acesso a qualquer informação, protegida por sigilo legal ou não, ou documentos relacionados à análise pelo Banco Central do Brasil do meu nome para o exercício do cargo e enquanto durar meu mandato;
- d) se eleito, ter ciência da tramitação dos respectivos processos de autorização, monitoramento ou supervisão e obter cópias de documentos neles contidos, inclusive os que contenham dados de minha titularidade protegidos por qualquer espécie de sigilo, mesmo aqueles considerados sensíveis, nos termos do art. 5º, inciso II, da Lei nº 13.709/2018 (LGPD).

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

ASSUMO integral responsabilidade pela fidelidade das declarações ora prestadas – ficando a COOPERATIVA DE CRÉDITO SICOOB UNIMAIS CENTRO LESTE PAULISTA – SICOOB UNIMAIS CLP, desde já, autorizadas a delas fazerem o uso que lhe aprouver, nos limites legais, em juízo ou fora dele – e ESTOU CIENTE de que a falsidade ou a omissão nas declarações, ou, ainda, a discrepância entre as declarações e os fatos, ou os dados apurados na análise do processo eleitoral, poderá acarretar o indeferimento do pedido de candidatura, bem como configurar crime, sujeito à aplicação de sanções legais e regulamentares.

(Local e data)

(Nome e assinatura do candidato)